

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.671 - SP (2019/0200915-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : MICHEL SAMUEL HARTVELD
AGRAVANTE : MARTHA MARIA GALLI HARTVELD
ADVOGADOS : RAPHAEL QUEIROZ DE MORAES MIRANDA E OUTRO(S) - RJ095822
PEDRO IVO SILVA MELLO - RJ149067
LUIZ GUILHERME DUARTE MARTINS COSTA - SP315622
AGRAVADO : JOSÉ DELLA VOLPE
ADVOGADO : RAFAEL ROSA NETO E OUTRO(S) - SP042292
INTERES. : TRIESSE COMERCIAL E CONSTRUTORA LIMITADA

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MICHEL SAMUEL HARTVELD e OUTRO contra decisão que inadmitiu recurso especial.

O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "a" da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

"ARREMATACÃO - NULIDADE - Devolução do imóvel arrematado - Condenação no pagamento dos valores relativos aos alugueres pelo tempo da ocupação - Decisão que determinou a exclusão dos juros legais computados na planilha apresentada pelo arrematante-devedor - Afastamento -Recurso provido" (fl. 1.72 e-STJ).

Os embargos de declaração opostos foram acolhidos com efeitos infringentes em acórdão que porta a seguinte ementa:

"Embargos declaratórios fundados em omissão e visando ao prequestionamento - Arrematação de imóveis que vem a ser anulada - Devolução de quantias pelo agravante - Incidência de juros moratórios decidida no âmbito do agravo - Termo inicial que deve ser a data em que o numerário foi destacado do patrimônio do recorrente - Embargos acolhidos, excepcionalmente, com efeitos modificativos" (fl. 355 e-STJ)

No recurso especial (fls. 359/368 e-STJ), os recorrentes alegam violação dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) art. 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional ao deixar o Tribunal de origem de se manifestar acerca de aspectos relevantes da demanda suscitados em embargos de declaração;

(ii) arts. 394 e 396 do Código Civil - pois não houve nenhuma ação ou omissão culposa dos recorrentes capaz de lhes ser imputada mora, e

(iii) arts. 269 e 815 do CPC/2015 - a constituição em mora não dispensa a intimação pessoal do devedor.

Oferecidas as contrarrazões (fls. 376/381 e-STJ), o recurso não foi admitido na origem, sobrevindo o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A insurgência não merece prosperar.

Registra-se que a negativa de prestação jurisdicional nos embargos declaratórios somente se configura quando, na apreciação do recurso, o Tribunal de origem insiste em omitir pronunciamento sobre questão que deveria ser decidida, e não foi.

Não é o caso dos autos.

Com efeito, as instâncias ordinárias enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional.

Impende asseverar que cabe ao julgador apreciar os fatos e as provas da demanda segundo seu livre convencimento, declinando, ainda que de forma sucinta, os fundamentos que o levaram a solucionar a lide.

Desse modo, não há falar em deficiência de fundamentação da decisão o não acolhimento de teses ventiladas pelos recorrentes, mormente se o acórdão abordar todos os pontos relevantes da controvérsia, como na espécie.

A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AOS ARTS. 165, 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ARGUMENTOS DO RECURSO ESPECIAL CUJA ANÁLISE DEPENDE DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. Não há ofensa aos arts. 165, 458, 515 e 535 do CPC se o tribunal de origem se pronuncia fundamentadamente sobre as questões postas a exame, dando suficiente solução à lide, sem incorrer em qualquer vício capaz de maculá-lo.

2. Com base nos elementos circunstanciais da demanda, a corte local entendeu que os devedores não têm direito ao alongamento da dívida em decorrência de ação dolosa, o que, para ser desconstituído, impõe reexame de matéria fático-probatória da lide, vedado nesta sede (Súmula 7 do STJ). Precedente.

3. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no Ag 930.113/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 6/10/2011, DJe 13/10/2011).

Ademais, verifica-se que as matérias versadas nos arts. 269 e 815 do Código

Superior Tribunal de Justiça

de Processo Civil/2015 não foi objeto de debate pelas instâncias ordinárias, sequer de modo implícito, motivo pelo qual, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*

Além disso, o Código de Processo Civil de 2015 dispõe:

"Art. 1.025. Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade".

Assim, esta Corte somente poderá considerar prequestionada determinada matéria caso alegada e reconhecida a violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, o que não ocorre no caso em tela.

Confiram-se:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INVENTÁRIO. - LIQUIDAÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS PROPORCIONAIS ÀS COTAS INVENTARIADAS - HERDEIROS SÓCIOS EM CONDOMÍNIO - CABIMENTO - PRESCRIÇÃO DO DIREITO - NÃO OCORRÊNCIA.

(...)

04. A admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei.

(...)

06. Recurso especial não provido."

(REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017, grifou-se).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DEMORA NO RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PREQUESTIONAMENTO FICTO. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 1.025 DO CPC/2015. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 14/12/2016, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravante contra AES SUL Distribuidora Gaúcha de Energia S/A, em decorrência da interrupção do serviço de energia elétrica pelo período de 9 (nove) dias, após a ocorrência de um temporal no Município de São Sepé/RS. O acórdão do Tribunal de origem reformou a sentença que julgara

Superior Tribunal de Justiça

improcedente a ação, condenando a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

III. Não tendo o acórdão hostilizado expandido qualquer juízo de valor sobre os arts. 2º da Lei 9.427/96 e 29, I, da Lei 8.987/95, a pretensão recursal esbarra em vício formal intransponível, qual seja, o da ausência de prequestionamento - requisito viabilizador da abertura desta instância especial -, atraindo o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ('É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada'), na espécie.

IV. Na forma da jurisprudência, 'a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei' (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017).

(...)

VI. Agravo interno improvido" (AgInt no AREsp 1.017.912/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 3/8/2017, DJe 16/8/2017, grifou-se).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. APLICABILIDADE. ART. 1.025 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. In casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II - A ausência de enfrentamento da questão objeto da controvérsia pelo Tribunal a quo, não obstante oposição de Embargos de Declaração, impede o acesso à instância especial, porquanto não preenchido o requisito constitucional do prequestionamento, nos termos da Súmula n. 211/STJ. III - O art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015 prevê que esta Corte considere prequestionada determinada matéria apenas caso alegada e reconhecida a violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015.

IV - A Agravante não apresenta, no agravo, argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida. V - Honorários recursais.

Cabimento. VI - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido"

(AgInt no REsp 1.682.293/PB, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 10/11/2017).

Quanto ao mais, verifica-se que o acórdão está fundamentado na incidência dos juros legais, a fim de se evitar o enriquecimento ilícito. É o que se extrai da leitura do voto

Superior Tribunal de Justiça

condutor do julgado ora hostilizado, declarado às fls. 352/356 (e-STJ), merecendo destaque os seguintes trechos de sua fundamentação:

"(...) Assim, devem ser utilizadas todas as formas para minimizar os prejuízos já suportados pelo arrematante de boa-fé, como ademais ressaltado na decisão agravada.

Na hipótese, não se vê motivo para exclusão dos juros legais que tem a função de remunerar a indisponibilidade do numerário que foi destacado do patrimônio do arrematante.

(...)

Conforme o pontuado pelo eminente Des. Silvério Ribeiro (à época Relator do agravo), quando do julgamento dos embargos opostos pelo agravante, razoável sejam os juros computados desde a data em que o numerário foi retirado do patrimônio do recorrente (24.06.1998), até e porque os juros visam a remunerar a indisponibilidade das quantias destacadas das contas bancárias do agravante.

Em suma e como não se trata de mora do devedor, mas de mera remuneração do capital, deve ser mantida a data de 24.06.1998 como termo inicial da fluência dos juros, a fim de que se evite o enriquecimento indevido pelos embargados" (fls.174/356 e-STJ).

Tendo o acórdão recorrido justificado a incidência dos juros legais com base na remuneração de capital para se evitar o enriquecimento ilícito e não tendo os recorrentes impugnado especificamente tal fundamento, o recurso especial encontraria óbice, inevitavelmente, nas Súmulas n^os 283 e 284/STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Deixa-se de majorar os honorários recursais, tendo em vista que não foram fixados na origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator